



Projeto Conexão Local 2007

FUNDAT

Alunos

Eros Phillipe Costa Claro do Nascimento
Franciele da Silva Cavalcante Souza

Tutor

Otávio Prado

Sumário

Dedicatória.....	3
O Estado do Rio Grande do Sul e a inserção de Tupandi	3
Sobre o Local e sua Origem	4
Sobre o Prefeito	5
A Administração e o Programa.....	6
Sobre os Resultados do Programa.....	8
Sobre o Financiamento	11
Sobre o PRONAF	12
Outras Comunidades Visitadas	13
Conclusão.....	14
Referência Bibliográfica	15

Dedicatória

Gostaríamos de agradecer ao prefeito José Hilário Junges e sua esposa e família pela imensa atenção e receptividade que nos foi dispensada durante nossa estadia no Rio Grande do Sul. Não temos palavras para demonstrar nossa gratidão. Gostaríamos também de externar aqui toda nossa imensa gratidão ao professor Luis Roque Klering e sua amável esposa Cleonice, que tanto se empenharam em nos tornar pequenos cidadãos gaúchos. Os momentos que passamos com eles nunca mais serão esquecidos.

Não poderíamos esquecer, igualmente, da dedicação dispensada pelos secretários, em especial à Liane e ao Walmor — respectivamente, secretários da Administração e da Agricultura. A todos os vereadores, em especial ao Renato. Também nossa sincera gratidão ao viceprefeito Mano, que tanto nos ajudou em Tupandi.

Nossos votos de agradecimento ao jornalista Alex Steffen e à sua esposa Angelita e família, que nos foram nossos confidentes em nossa estadia em Bom Princípio. Igualmente, a todos os prefeitos das cidades que visitamos, assim como todos os agricultores que tão bem nos receberam.

À Fundação Getúlio Vargas, que nos propiciou tamanha experiência.

E por fim, às nossas famílias que tanto nos apoiaram nesse período em que estivemos longe de casa e do trabalho. Sem elas, nada disso seria possível.

O Estado do Rio Grande do Sul e a Inserção de Tupandi

Segundo dados do IBGE atualizados em 2001, o número de municípios existentes no estado do Rio Grande do Sul é de 496. O território total possui 282.062 km² e sua capital é Porto Alegre. Neste estado é importante lembrarmos que 64% dos municípios têm menos de 10 mil habitantes, e que de modo geral, eles têm na atividade agropecuária sua principal base de sustentação econômica. A temperatura média do ano gira em torno de 18°C, no inverno essa média cai para 12°C e 26°C é a média do verão. Sua população é de 10.181.749, dentro da qual 5.056.101 - 49,65% - é a parte da população economicamente ativa. A taxa de desemprego medida em agosto de 2001 era de 14,3%. A expectativa de vida média da população gaúcha é de 71,8 anos, enquanto a média brasileira é de 67,8. A taxa de analfabetismo é de apenas 6,1%, enquanto a taxa média brasileira é de 13,3%. O índice de mortalidade infantil é de 15,1 por mil nascidos vivos, sendo que no Brasil é de 37,4.

A visão geral de Tupandi quanto ao setor agropecuário, dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para o ano de 2003, é a seguinte:

Total de Bovinos: 3.416
Suínos: 18.895
Galinhas: 45.759
Galos, Frangos, Frangos e Pintos: 451.815
Leite (quantidade produzida em mil litros): 2.658

Produção Agrícola

Quantidade produzida de arroz, em toneladas: 16
Rendimento deste (kg/ha): 2.000
Valor da Produção (R\$1000): 10
Quantidade produzida de feijão, em toneladas: 37
Rendimento deste (kg/ha): 740
Valor da Produção (R\$1000): 56
Quantidade produzida de fumo, em toneladas: 12
Rendimento deste (kg/ha): 800
Valor da Produção (R\$1000): 24
Quantidade produzida de milho, em toneladas: 638
Rendimento deste (kg/ha): 2552
Valor da Produção (R\$1000): 271
Quantidade produzida de soja, em toneladas: 3
Rendimento deste (kg/ha): 1000
Valor da Produção (R\$1000): 2
Quantidade produzida de uva, em toneladas: 45
Rendimento deste (kg/ha): 9000
Valor da Produção (R\$1000): 8

Em termos econômicos, o valor agregado à atividade agropecuária para Tupandi, ainda segundo dados do IBGE apurados em 1998 – 5 anos após o início do projeto FUNDAT -, é de R\$13.189,97. Enquanto a indústria agrega apenas R\$4.031,91, o comércio adiciona R\$394,45 e outros serviços ajuntam R\$ 7.434,06.

Quanto à arrecadação de tributos, eles são divididos em federais, que integravam R\$169.275; estaduais, que adicionavam a seguinte proporção: ICMS (em R\$): 72.331,70 e IPVA (em R\$): 29.808,94, e ainda os tributos municipais, que agregam, no total, R\$49.321,15. As despesas públicas ficaram na importância de R\$2.510.739,16.

Sobre o Local e Sua Origem

O Município de Tupandi foi emancipado em 1988, há 19 anos. Significando Luz do Céu, o município antes deste fato pertencia à comunidade vizinha de Bom Princípio.

Mais do que datas, no entanto, seria muito importante ressaltarmos o aspecto histórico-cultural envolvendo o município e a região. No século XIX a Europa via-se envolta em uma série de revoltas e revoluções de caráter nacionalista e popular. A Alemanha, por sua vez, passava por um período que logo depois iria convergir para sua unificação, com Otto Von Bismarck. O povo, entretanto, passava por um período muito peculiar, em que crises econômicas e pestes solapavam o velho continente deixando as pessoas vivendo na guerra e na miséria.

Nesse contexto, diversos imigrantes alemães, e europeus em geral, fugiram da Europa em busca de uma nova vida, uma nova oportunidade. De lá saíram todos sem nada, com uma mão atrás e outra na frente, como diria o ditado popular. E assim foi povoada a região em que se encontra o município de Tupandi.

Toda essa história poderia se configurar em apenas conhecimento de almanaque se não fosse o fato de que a cultura do povo da região de Tupandi, e em especial das regiões de colonização alemã, ser diferenciada do modus vivendis

das outras regiões do país. Grande parte do sucesso do programa, de acordo com o atual prefeito, José Hilário Junges, se dá pela cultura dos agricultores da região. Segundo ele, os colonos alemães têm uma garra para trabalhar maior do que nas outras regiões do país. Isso porque, não importando o clima, faça chuva ou faça sol, os colonos se dispõem a acordar cedo e dormir tarde em nome do trabalho.

Independentemente do grau de etnocentrismo destas declarações, é importante ressaltarmos um aspecto oriundo do tipo de colonização dessas regiões. O tipo de cultura diferenciada que pode ser observada nesses locais, de uma sociedade mais meritocrática do que caridosa, que se demonstra pelas mesmas razões, quase, das encontradas na sociedade norte-americana.

Essa cultura quase protestante em uma região católica nada tem a ver com a religião. Tem sim a ver com o fato de que aqueles que chegaram à região para povoá-la em meados do século XIX terem vindo todos nas mesmas condições de pobreza e sofrimento. De acordo com o Prof. Luis Roque Klering, pesquisador da região na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, diferentemente de outras partes do país em que a colonização portuguesa e espanhola se deu em um contexto de grandes diferenças socioeconômicas entre os capitães hereditários, por exemplo, e o resto - em que Portugal e Espanha esbanjavam dinheiro em luxo e rococós, enquanto o resto da população era oriunda das camadas mais pobres e usurpadas das sociedades porto-ibéricas-, a região do sul do país em que a colonização se deu por italianos e alemães tem em sua gênese uma constituição mais igualitária, sem grandes diferenças entre aqueles que aqui chegaram.

Sobre o Prefeito

No livro “Nada é Impossível - Vida e Obra de José Hilário Junges”, Alex Steffen relata de forma simples e eficaz o pensamento de um cidadão que tanto revolucionou e serviu de exemplo para Tupandi. Nascido em 16 de dezembro de 1944, filho de Pedro Alfonso e Rosalina Junges, José Hilário aprendeu desde cedo a importância do trabalho. Seus pais trabalhavam na lavoura juntamente com os filhos mais velhos. Naquela época Tupandi ainda era chamada de São Salvador e a língua falada era quase que exclusivamente um dialeto alemão.

Ao atingir seus 10 anos, Hilário passa a ter uma visão um tanto mais complexa da vida. Seu pai viera a falecer. Assim, as dificuldades aumentaram e trabalhar virara rotina para o menino e seus seis irmãos, muito embora o estudo ainda permanecesse constante em suas vidas.

A princípio, Hilário sonhava um dia ser padre, estudando, portanto, em um colégio jesuíta. Neste, além de uma formação vocacional e cultural, também se ensinava conhecimentos tecnológicos, havendo algumas granjas, hortaliças e criações de animais. Assim, o menino se encantou ainda mais pelo trabalho com a terra. Porém, ao concluir seus estudos preliminares, o desejo de seguir a vida religiosa não mais existia.

Aos 16 anos ele escolheu trabalhar na agricultura. Um rico empresário o havia convidado para cuidar de um aviário em Sapucaia do Sul. Aceito o convite do bem-sucedido empresário Cândido Carvalho, José Hilário uniu o útil ao seu dom. Porém, traumatizado com a violência, o garoto volta para casa afirmando: “Não mais vou trabalhar como subordinado na minha vida”.

Ao sair do seminário, Hilário conhecera Yoshiro Nakagawa, um japonês do qual se tornou amigo. Agora, de volta a casa de seus pais, o menino volta a procurar Yoshiro, o qual lhe impulsiona a trabalhar com produção rural em larga escala. Produzindo tomates e outras hortaliças na propriedade da família, José Hilário obtém alta lucratividade, logo na primeira safra. Isto lhe motiva ainda mais a continuar na agricultura.

Em 12 de outubro de 1964, com quase 20 anos, Hilário parte em sua primeira viagem internacional para Alemanha, juntamente com outros 59 jovens do Rio Grande do Sul. Essa chance se originou de uma organização religiosa, uma espécie de ONG ligada à Igreja Católica, denominada “Volksverein”. A viagem era patrocinada pelo governo do estado do Rio Grande do Sul.

O fato de passarem três semanas em alto mar fizera com que os rapazes percebessem que a grandiosidade do mundo exigia “pensamentos muito mais amplos do que um foco regionalizado e individualista”.

Já na Alemanha, os jovens se instalavam em internatos durante o inverno, e trabalhavam em propriedades rurais durante o verão. Durante dois anos, Hilário aprendeu muito sobre a agricultura e alta produtividade.

Na volta para o Brasil, a cada um dos jovens intercambistas/ estagiários era doada uma propriedade equivalente a 300 hectares de terra no estado do Mato Grosso. A pedido da mãe, Hilário não aceitou. No entanto, foi beneficiado recebendo matrizes de suínos de raça apurada. Com essas, ele iniciou a criação de suínos reprodutores. José Hilário foi muito bem-sucedido no empreendimento, negociando seus porcos com criadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Já casado, em 1972, construiu um aviário. Utilizou-se dos conhecimentos absorvidos na Europa, assim como aqueles advindos dos jesuítas. “Quase tudo que aprendi na vida foi olhando”, afirma o prefeito de Tupandi ao enfatizar a necessidade de se observar o que é realizado por outros indivíduos e por outras comunidades, para, dessa forma, acelerarmos o progresso de nossas vidas.

A Administração e o Programa

Antes da administração de José Hilário Junges a comunidade de Tupandi não possuía sequer asfalto e rede telefônica. Assim, não tinha qualquer condição de receber indústrias. Os tupandienses viviam basicamente dependentes das indústrias de calçados localizadas em regiões próximas. Segundo vários depoimentos, o famoso “Morro da Manteiga”, onde hoje se situam a maioria dos aviários e representa uma área altamente produtiva, era uma grande fonte de miséria. Os jovens, assim que tinham oportunidade, se mudavam para outras localidades, como Novo Hamburgo, Caxias do Sul ou Porto Alegre, a fim de arranjar empregos melhores e dar continuidade a seus estudos, pois em sua terra eles não viam qualquer perspectiva de crescimento. Infelizmente, na maioria das vezes, esses jovens não eram bem-sucedidos e acabavam morando nas periferias e vivendo sem qualquer conforto ou esperança de melhorias.

Na época havia cerca de 500 pequenas propriedades em Tupandi. José Hilário já criava frangos em sistema integrado desde 1984, quando se abriu um nicho para exportação. O prefeito, então, se dispôs a investir em seu projeto de ampliação desse sistema. Para aprofundar sua pesquisa e entender melhor como funcionava realmente esse sistema integrado, ele tomou como base Santa Catarina e Paraná, pois esses estados já tinham maior experiência no ramo.

Foi em 1993, com o propósito de reverter o quadro de apatia e marasmo dessas propriedades que foi criada a lei do FUNDAT (Fundo de Desenvolvimento Agrícola de Tupandi).

Esta lei objetivava apoiar e incentivar atividades agropecuárias. Esse apoio seria uma espécie de acordo entre prefeitura e colonos. A primeira subsidia os produtores, enquanto esses se comprometem a emitir nota fiscal de absolutamente todas as transações. Em pesquisa realizada pelo programa Gestão Pública e Cidadania em 1996, com a secretária de administração, Liane Noeli Schoffen, e com o secretário da agricultura e meio ambiente, Walmor Sicorra, eles detalham:

“Pela lei do FUNDAT a Prefeitura Municipal subsidiava em 100% o custo da terraplanagem, cortina lateral e o telhado dos aviários, além do acesso aos novos empreendimentos (galpão padrão de 100x12 m). Para a atividade de suinocultura (UPL, Creche ou Terminação) o FUNDAT subsidiava em 100% as telhas, brita e areia necessários a obra (galpão padrão de 60x9 m). Para a atividade de bovinocultura de leite o FUNDAT subsidiava em 100% as 3500 telhas de barro, 50 sacas de cimento e 4000 tijolos de seis furos.”

“Na evolução do programa houve a necessidade de diversificar o foco dos investimentos em novas alternativas de produção primária. Surgiu o incentivo a citricultura onde o município subsidia até hoje em 40% o custo das mudas. Além de subsidiar 50% do transporte da produção até a indústria, em 100% o transporte de calcário até as propriedades e auxílio em 50% do transporte de biofertilizantes. Já na silvicultura (eucalipto e acácia negra) o FUNDAT tem subsidiado 50% do custo das mudas.”

No ano em que foi apresentada a proposta, 1993, apenas oito colonos a aderiram. Todos estes ainda hoje estão no ramo. A maioria já possui seu segundo aviário e diversifica sua produção em citricultura, suinocultura e gado leiteiro.

A partir do objetivo central de Hilário - tornar produtivas as terras antes usadas somente para subsistência-, foi que houve um grande incentivo da prefeitura para a diversificação da produção. A maior prova de que eles estavam no caminho certo foi a crise da gripe aviária. Com certeza houve grandes perdas financeiras para toda a população, mas ela também apontou uma tendência, a qual eles estavam seguindo corretamente: não se prender a uma só cultura.

A maior dificuldade do prefeito no início foi convencer o agricultor a abandonar seus antigos métodos de produção primária e investir em desenvolvimento tecnológico, em tornar suas terras rentáveis, enfim, investir em seu próprio futuro. Um agricultor que só plantava para sua sobrevivência. O agricultor que tinha uma vida estável, um salário fixo, apesar de pouco. O desembolso seria grande. A construção do aviário, na época, significava aproximadamente R\$ 45.000 de investimento, mesmo depois de todos os benefícios oferecidos pela cidade, como terraplanagem, telhas e telas.

Essa quantia teria que ser financiada pelo produtor. Este deveria colocar tudo que possuía como garantia para o banco. Nesta parte, o Banco do Brasil foi o grande colaborador do projeto, juntamente com o prefeito que, como pessoa física, se prontificou a assinar como avalista de vários colonos. O financiamento é mais detalhadamente explicado no item “O Financiamento”.

Por causa desse risco, apenas oito pessoas se dispuseram a se financiar em banco, abandonar seus velhos empregos e abraçar o novo empreendimento.

A metodologia aplicada pela prefeitura se desenvolveu em torno de cursos profissionalizantes. Vários cursos e palestras foram oferecidos gratuitamente ao público, assim como reuniões periódicas para discussão conjunta sobre eventuais problemas e como resolvê-los. Esta foi a técnica usada como forma de capacitação. Do ponto de vista dos beneficiários, sua principal meta era que ninguém falisse. A prefeitura não tinha muitos recursos, assim, lutou muito para economizar. Mantinha-se o investimento anterior na saúde e educação, mas quase todo o resto era direcionado ao FUNDAT.

“Em comum acordo às secretarias, junto com o executivo municipal, canalizaram todos os recursos municipais para o programa FUNDAT, mantendo somente os serviços essenciais nas outras secretarias, possibilitando o pleno desenvolvimento do projeto.”

Foi dessa forma que a prefeitura conseguiu, apenas com recursos próprios, financiar tal projeto. Sua maior dificuldade financeira foi em 1994, quando o número de propriedades a possuírem aviários já chegava a 198. Novamente, a metodologia aplicada foi a economia. A partir de 1996 a situação melhorou, pois já houve o retorno do ICMS.

Os objetivos primários: fixar o homem no campo, criar expectativa de melhoria da qualidade de vida da população com base na agropecuária, viabilizar economicamente a pequena propriedade rural, absorver a mão-de-obra familiar disponível, aumentar a arrecadação de ICMS e desenvolver mão-de-obra especializada, foram facilmente atingidos. Na realidade, os impactos foram incomparáveis. O programa transformou a cultura e o conhecimento do agricultor, além de propiciar uma reviravolta total na economia do município. Hoje já existem três agências bancárias na cidade, Banco do Brasil, Banrisul e Sicredi, além de um banco postal Bradesco. Várias entidades sociais surgiram com incentivo do município, como banda municipal, corais, grupos de dança, ginásio, entre outros. Recentemente foi inaugurado o centro de eventos municipal.

Inúmeras indústrias e casas comerciais surgiram, pois incentivos por parte da prefeitura foram concedidos, como por exemplo, a terraplanagem.

Em termos de ICMS, houve um crescimento de 521% de 1993 a 2007. Houve uma ousada alavancagem de sua produção, possibilitando investimentos em outras áreas. Tupandi, com apenas 3500 habitantes e uma área de aproximadamente 66 km², ocupa a posição de número 102 no ranking de produção entre os 496 municípios do Rio Grande do Sul. Atualmente, 100% da população possuem energia elétrica, assim como água potável encanada e assistência médico-hospitalar 24h por dia. A fim de incentivar os jovens a fazerem curso superior, a prefeitura se dispõe a pagar uma disciplina por semestre, e arcar com 50% do custo do transporte.

José Hilário Junges se orgulha muito do projeto, que apesar de não ter evoluído durante o mandato de outro prefeito, nunca foi interrompido. Em suas próprias palavras: “Um político eleito pelo povo deve se doar para o povo. Nosso agricultor agora é empreendedor. Quer sempre crescer, competir, e seu carinho e cuidado para com a criação tem que ser reconhecido”. E o prefeito tem toda razão ao fazer tal afirmação. O agricultor de Tupandi abriu seus horizontes. Depois da implantação da lei do FUNDAT os produtores tomaram consciência da importância da função que exercem para a geração de riquezas e receitas para o município. Dessa forma, tornaram-se mais exigentes, passando a cobrar, dentro das possibilidades, novos acessos, telefone, água, postos de saúde, salas de informática para seus filhos na escola, aulas de segundo grau, calçamento, e assim por diante.

Sobre os Resultados do Programa

Quando o FUNDAT foi implementado em 1993 a prefeitura tinha consigo seis objetivos principais:

1. Melhoria na qualidade de vida dos cidadãos;
2. Fixação do homem no campo;
3. Viabilização da propriedade rural;
4. Absorção da mão-de-obra familiar disponível;
5. Criar mão-de-obra especializada;
6. Aumento na arrecadação de ICMS.

Gostaríamos de analisar aqui, mais detalhadamente, quais objetivos foram alcançados e como se chegaram a eles.

Obviamente, por todo o relatório apresentado até aqui, já se dá para ter uma idéia de que o objetivo n.º 1 foi alcançado com relativo êxito. Nossa impressão, quando de nossa visita, foi a de que a população realmente encontrava-se satisfeita com os resultados diretos e indiretos alcançados pelo programa. Em outras palavras, a prefeitura gozava (e goza, até o presente momento em que este relatório é escrito) de grande popularidade junto à população.

Isso se deve a múltiplos fatores, dentre os quais os próprios programas da administração pública municipal que são, de alguma forma, possibilitados pelo êxito do FUNDAT. O aumento do investimento em educação, saúde, infraestrutura e saneamento básico só foram possíveis graças ao aumento da arrecadação do ICMS derivada do resultado do FUNDAT.

A população hoje apresenta melhor qualidade de vida em relação a 1993. Isso é um fato. A prefeitura disponibiliza para os cidadãos transporte escolar, ensino básico e fundamental, merenda escola, atividades de cultura e turismo — como um novo centro de eventos inaugurado ainda no período de nossa permanência na cidade—, atividades de lazer e esporte — cada região tem pelo menos uma quadra poliesportiva—, ajuda para perfuração de poços artesianos, iluminação pública, pavimentação de vias, construção de calçadas, de redes elétricas e coleta de lixo. Além disso, trouxe indústrias para o município, gerando empregos e aumento de renda; desenvolveu o comércio local, em parte pelo próprio fluxo econômico positivo. O comércio começa a emergir naturalmente em alguns casos para atender a demanda recém-criada.

O próprio desenvolvimento econômico já é significativo para nosso relatório. Deixaremos para mais adiante, no entanto, uma melhor análise sobre o processo do desenvolvimento econômico apresentado por Tupandi. Por ora, gostaríamos apenas de continuar nossa análise sobre os objetivos do projeto.

No item 2, temos o objetivo de fixar o homem no campo. Pois bem, eis aqui um processo interessante.

O município de Tupandi sofria, assim como muitos outros municípios e regiões do Brasil, com o êxodo dos jovens do campo para as cidades grandes. A explicação para isso, obviamente, pela sua extensão e complexidade, não será encontrada neste relatório. No entanto, é de conhecimento público que a globalização, o avanço da tecnologia e as transformações sociais vislumbradas em nossa sociedade nos últimos tempos fazem com que, cada vez mais, haja uma crescente dificuldade para a permanência dos jovens no campo. Estes saem à procura de uma vida melhor e mais confortável, até mesmo porque algumas formas arcaicas de agricultura familiar realmente não propiciam condições de vida plausíveis.

O poder municipal, diante desta realidade, decidiu tomar a solução deste problema como prioridade. Para fazer isso, de acordo com o prefeito, ele próprio percorreu pessoalmente as propriedades familiares dizendo aos agricultores que iria pedir, como exigência para participação do FUNDAT, que houvesse a participação dos filhos na nova empreitada. Fora isso, com o próprio sucesso do programa, os filhos dos agricultores que outrora haviam saído do campo para trabalharem nas cidades adjacentes e nas próprias indústrias tupandienses, começaram a perceber que a avicultura poderia lhes dar melhores condições materiais que seus antigos empregos na “economia moderna”. O custo-oportunidade, portanto, tornou-se pendente para o trabalho no campo, fazendo com que o objetivo do item 2, de fixar o homem no campo, fosse parcialmente alcançado.

Parcialmente porque, em tese, a médio e longo prazo, a tendência é que haja uma diversificação de atividades produtivas, sendo que as próximas gerações, muito provavelmente, partirão para outras atividades e acabarão industrializando, cada vez mais, a produção agrícola. Isto, claro, é apenas uma projeção baseada no histórico de outras cidades que começaram seu desenvolvimento também com a atividade agrícola, e que, depois, transformaram-na em um negócio, além de desenvolverem o comércio e outras atividades como atividades econômicas fundamentais. É o caso de várias regiões da Europa, e, mais localmente, do próprio Vale dos Vinhedos localizado no Rio Grande do Sul. Trabalhar diretamente na atividade agrícola é, muitas das vezes, sacrificante fisicamente.

Quanto ao item 3, podemos considerá-lo cumprido. A propriedade rural foi, certamente, viabilizada, tanto economicamente como financeiramente.

Em 1993, o município tinha uma produção de, aproximadamente, 660.000 cabeças de frango ao ano. Em 2005, data da última atualização estatística, a produção foi de 21.170.000 cabeças de frango. Isto é um aumento de 32 vezes em um período de 12 anos, ou, em termos percentuais, de 3.200% de incremento. O PIB per capita, conseqüentemente, subiu de US\$ 2.514,00 em 1993 para US\$ 16.007,00 em 2004. Uma multiplicação de 6 vezes em 11 anos, ou 636% per cento.

Esses resultados somente foram possíveis pela atuação integrada entre o poder municipal e a sociedade civil, em especial na parceria entre município, agricultores e empresas integradoras de produção de aves tais como a Avipal e Frango Sul/Doux, entre outras.

Isto posto, foi desta maneira que o município conseguiu se inserir na economia global, produzindo aves para exportação, por meio da agricultura familiar, o que, outrora, na forma arcaica de produção familiar de subsistência, não seria possível.

O item 4, contemplando a absorção da mão-de-obra familiar disponível também foi exitoso, uma vez que a demanda existente no município continua em expansão para a entrada na agricultura familiar no sistema integrado de produção junto às integradoras acima citadas. Aqui cabe apenas um adendo: devido às condições geofísicas do município e pelas próprias condições sanitárias necessárias para a criação e produção avícola, empresas como a Frango Sul/Doux já dão sinal de que essa expansão na criação e construção de novos aviários está chegando a um limite, principalmente pelo risco de contaminação existente caso a produção ocorra de maneira muito concentrada. Portanto, mesmo a demanda solicitando uma expansão da oferta através da adesão de novos agricultores na construção de novos aviários, há um limite estabelecido por uma questão sanitária e que, em médio prazo, saturará a capacidade de absorção do município para novos agricultores.

O Item 5 ainda é relativamente pouco exitoso. Isto porque a criação de mão-de-obra especializada para o trabalho agrícola ainda se faz, em Tupandi, de forma precária, com as informações sendo passadas pelos próprios técnicos da integradora, pela secretaria da agricultura ou pelo escritório da Emater/RS na cidade. Falta uma profissionalização maior dos próprios agricultores e de seus filhos — em tese, a próxima geração de agricultores—, seja pela falta de uma escola técnica no município ou em seu entorno, seja pela dificuldade ainda encontrada em se cursar uma faculdade de veterinária, agronomia ou engenharia ambiental/agrônoma.

No entanto, o município encontra-se em negociações, de acordo com o prefeito, para trazer uma escola técnica para a população local. Isto, no entanto, encontra-se ainda no estágio de projeto.

Por fim, gostaríamos de nos estender um pouco mais no item 6, contemplativo do aumento do ICMS, pois entendemos que ele é causa e ao mesmo tempo conseqüência do êxito de muitas das políticas públicas existentes no município.

O aumento da arrecadação de ICMS em Tupandi foi da ordem de 515% de 1993 a 2007. Isso representou um aumento de R\$ 9.140.970,00 de 1995 a 2007 no orçamento do município. Para quem tinha pouco mais de R\$ 1.140.000,00 para investir 12 anos atrás, e hoje conta com um orçamento de R\$ 10.284.720,00, há um salto muito significativo.

No entanto, podemos analisar este aumento do orçamento não somente como reflexo direto do aumento na arrecadação do ICMS proveniente do FUNDAT, mas também como a conjunção dinâmica do processo econômico no aumento de renda e investimento da sociedade.

Com o aumento da arrecadação do ICMS proveniente do FUNDAT, o município teve mais dinheiro para colocar em obras e investimentos públicos. Juntamente com isso, o aumento da atividade econômica propiciou um aumento de renda que aumentou a demanda agregada do município, criando uma expansão da oferta para atendê-la. O aumento do investimento público, mais o aumento da oferta agregada devido ao aumento da renda disponível disponibilizaram um aumento do nível econômico algumas vezes maior do que o próprio investimento, característica da própria dinâmica da economia.

Por isso, o sucesso do FUNDAT acabou por gerar um aquecimento econômico em Tupandi muito além dos resultados diretos do próprio programa. Isto porque com o aumento da renda gerado pela iniciativa da prefeitura, a população passou a ter mais dinheiro para gastar, o que acabou sendo feito, em grande parte, na própria cidade, que expandiu seu comércio. Além disso, como a prefeitura passou a ter mais dinheiro para investir, graças ao aumento da arrecadação proveniente do FUNDAT, houve uma demanda por uma “indústria de base” local que não havia antes. Vem na carga disto fábricas de tijolo, de calçamento público etc.

Os resultados do aumento de ICMS, portanto, vão muito além da simples parte financeira burocrática, ou mesmo do aumento de receitas da prefeitura. São, ao mesmo tempo, causa e consequência do aumento de renda da população, e, com isso, do aquecimento econômico advindo disto.

Sobre o Financiamento

Toda atividade produtiva depende, basicamente, de financiamento. Seja ele próprio, emprestado ou viabilizado através das linhas de crédito bancárias, o fato é que não há investimento sem o auxílio de crédito. O grande problema no Brasil, entretanto, se faz pelas altas taxas de juros cobradas pelos bancos, o que, muitas vezes, inviabiliza o investimento produtivo.

Para contornar este problema, o governo federal disponibiliza algumas linhas de crédito a fim de possibilitar o acesso de alguns segmentos da economia a juros e condições mais vantajosas. É o caso, por exemplo, das linhas de financiamento agrícolas das quais trataremos abaixo — linhas essas das quais os agricultores de Tupandi se utilizam para conseguir viabilizar o investimento de aproximadamente R\$ 100.000,00 para a construção de um aviário. As diferenças entre uma e outra se dão pelo montante a ser financiado, pela atividade principal dos agentes que pegam o empréstimo e pela taxa de juros. O PRONAF, por exemplo, exige que o tomador do empréstimo resida na propriedade agrícola e tenha ela como sua atividade econômica principal. O PRODEAGRO, por sua vez, já é uma linha do BNDES que tem um limite de financiamento maior, ou seja, o montante pode ser maior, porém que cobra juros mais altos e exige maiores garantias, além de não exigir que a atividade econômica principal seja a agricultura da forma como faz o PRONAF. O PROJER já é um meio termo entre as duas linhas de financiamento, porém não mais dedicada à atividade agrícola, mas sim sendo uma linha de financiamento proveniente do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) e do Ministério do Trabalho.

Os agricultores de Tupandi, de acordo com nossa pesquisa no próprio Banco do Brasil — responsável pela maior parte dos financiamentos da região —, utilizam-se dos três tipos de linhas de crédito, de acordo com suas necessidades de capital e de suas capacidades de comprovação de renda e dos seus respectivos planos de negócios. Aliás, este é um ponto bastante interessante na relação entre o Banco e os agricultores. Para conseguir o empréstimo, independentemente do programa, o agricultor deve fornecer ao Banco um estudo de viabilidade, uma espécie de plano de negócio, realizado pela Emater e descontado do próprio financiamento. Com base nisso, a Emater calcula a capacidade produtiva do agricultor depois do investimento pretendido e, com base nisso, sua capacidade de amortização da dívida contraída. Ademais, muitas das vezes — senão na grande maioria —, cabe ao agricultor um fiador para seu empréstimo.

Como, entretanto, o PRONAF é, de longe, o mais utilizado, explicaremos mais sobre ele abaixo. Os outros, como já dito, se diferenciam pelo montante e pela taxa de juros cobrada. Em geral, essa taxa não passa de 14% ao ano, e a amortização é anual. Existe uma carência para o agricultor começar a pagar, o que pode variar de três meses a um ano. No caso do PRONAF, por exemplo, é de três meses, e do PRODEAGRO de até 12 meses dependendo do valor do empréstimo e do estudo de viabilidade. A grande diferença, no entanto, se faz pelas exigências crescentes — e, portanto, pelo grau de dificuldade crescente, que vai do PRONAF, o mais fácil, passando pelo PROJER, uma espécie de meio termo, até o mais difícil que é a linha do BNDES, o PRODEAGRO. Em geral, pequenos agricultores se utilizam do PRONAF e os grandes recorrem ao BNDES.

Sobre o PRONAF ¹

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal para apoiar o desenvolvimento rural sustentável e garantir segurança alimentar, fortalecendo a agricultura familiar, por meio de financiamentos aos agricultores, bem como às suas associações e cooperativas. O PRONAF foi criado em 1995 para atender ao pequeno produtor rural de forma diferenciada, mediante apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, e não agropecuárias, exploradas com a força de seu trabalho e de sua família.

Para fins do crédito do PRONAF as famílias são enquadradas nos Grupos “A”, “B”, “C”, “A/C”, “D” e “E”. Essa classificação leva em conta a renda bruta anual gerada pela família, o percentual dessa renda que veio da atividade rural, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados na unidade familiar.

Para cada grupo do PRONAF existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, garantindo-se assim uma maior proximidade da capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção.

Podem obter financiamento as agricultoras e os agricultores familiares que atendam as seguintes condições:

- Produzam na terra, na condição de proprietário(a), posseiro(a), arrendatário(a), parceiro(a) ou assentados(as) do Programa Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- Residam na propriedade ou em local próximo e tenham no trabalho familiar a base da produção;
- Possuam no máximo quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária);
- Tenham parte da renda gerada na propriedade familiar, sendo pelo menos 30% para o grupo “B”, 60% para o grupo “C”, 70% para o grupo “D” e 80% para o grupo “E”;
- Tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do PRONAF.

O que pode ser financiado pelo PRONAF?

- Créditos de Investimento: são recursos para o financiamento da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, na propriedade rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, conforme projeto elaborado de comum acordo entre a família e o técnico.
- Crédito de Custeio: são recursos para o financiamento das despesas que são feitas em cada plantio, em cada safra ou ciclo de produção. Incluem-se aqui as despesas com as atividades agropecuárias e não agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização da produção própria da agricultura familiar ou de terceiros, de acordo com a proposta de financiamento.

¹ Dados retirados do site do manual do Ministério do Desenvolvimento Agrário Secretaria da Agricultura Familiar para a obtenção de financiamento através do PRONAF, de autoria de Célia Regina Caetano Ferreira. Mais informações em: <http://www.bndes.gov.br/programas/agropecuarios/pronaf.asp>.

- Crédito para CotaParte: são os créditos ao amparo da linha de crédito para integralização de cotaspartes de agricultores familiares cooperativados podem beneficiar agricultores familiares filiados as cooperativas de produção rural para financiamento da integralização de cotaspartes de cooperativas de produção. Os recursos podem ser aplicados em capital de giro, custeio e investimento na cooperativa.
- Crédito de Comercialização: visa proporcionar recursos financeiros aos seus beneficiários, através do instrumento do Governo Federal, Empréstimo do Governo Federal – EGF, e outros instrumentos de comercialização definidos no MCR, de modo a permitir o armazenamento e a conservação de seus produtos, para venda futura em melhores condições de mercado.
- Os créditos de comercialização podem ser concedidos para:
 - a) Produtores rurais ou suas cooperativas;
 - b) Outras categorias de pessoas físicas ou jurídicas, quando de interesse da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mediante autorização do Conselho Monetário Nacional.

Outras Comunidades Visitadas

Várias comunidades vizinhas, ao acompanharem o extraordinário progresso de Tupandi, resolveram seguir seu exemplo. A fim de aprofundarmos nossa investigação, visitamos Bom Princípio, São Pedro da Serra, Salvador do Sul, Harmonia e São José do Sul.

Em entrevista com Josiane Reinheimer, chefe do setor de fomento agrícola de Bom Princípio, ela confirmou o incentivo da cidade ao sistema integrado. Este articula as necessidades das empresas às competências e disponibilidades dos colonos. Essa ligação se faz da seguinte maneira: A empresa leva os pintinhos até os aviários, bem como uma quantidade suficiente de ração. Ao agrônomo cabe a responsabilidade de cuidar destes pintos até que eles atinjam o peso ideal. Caso haja a ocorrência de mortes, o colono arca com o prejuízo. Ou seja, no final, quando a empresa faz as contas de quanto o produtor deve receber (peso final de cada frango vezes o número de frangos recebidos menos ração menos o peso inicial de cada frango multiplicado pela quantidade de frangos entregues) suas perdas são automaticamente descontadas.

Particularmente em Bom Princípio atuam as empresas Doux Frangosul, Avipal, Frisul e Agrosul. Os maiores incentivos da cidade estão, no entanto, voltados ao morango, já que este é o símbolo da comunidade.

São José do Sul é um dos principais discípulos de Tupandi, segundo Mário Jacó Rohr, prefeito da cidade. Este nos recebeu com muita empolgação e fez questão de nos apresentar suas idéias e perspectivas para a comunidade em qual trabalha, e que foi emancipada há apenas sete anos. Os aviários já representam 70% de sua economia. A agricultura como um todo chega a atingir 90% da economia. A citricultura é bastante praticada, assim como a suinocultura. O prefeito ainda investe na implementação de novos projetos, tais como produção de antúrio gaúcho, pássaros e coelhos em escala industrial.

Conclusões

Os resultados do FUNDAT, de maneira geral, mostraram-se, para nós, bastante profícuos com relação ao aspecto econômico — de política fiscal — e social — com relação aos incrementos obtidos na melhoria de vida dos cidadãos.

Todos os entrevistados se mostraram muito receptivos com relação ao programa, satisfeitos com o impacto do FUNDAT em suas vidas.

Nossa visão é a de que o programa da prefeitura de Tupandi de fato não só atingiu seus objetivos como acabou por superar as expectativas de todos os envolvidos. Fazer crítica a um programa raramente deixa de ser tarefa árdua, dadas todas as conotações políticas envolvidas. Porém, o programa do FUNDAT parece-nos como sendo unânime entre todas correntes políticas da cidade e dentre os próprios cidadãos. A única crítica que de fato ouvimos foi a de que, eventualmente, o programa poderia representar certa dependência com relação às empresas integradoras, como também aos tipos de cultura agrícolas ali empregados — em geral, suinocultura, avicultura e citrus. Isto decorre destes produtos serem, em sua maioria, commodities dependentes do cenário externo mundial. Uma baixa do dólar, por exemplo, ou uma crise sanitária — como a gripe do frango — poderia colocar a cidade de joelhos do dia para a noite.

O prefeito, no entanto, disse já estar ciente desses riscos, e afirmou que medidas já estão sendo tomadas para evitar esta vulnerabilidade da cidade com relação às empresas e as oscilações do mercado externo. Para isso, a prefeitura está investindo na diversificação das culturas, no comércio e na industrialização local, que estão emergindo de maneira bastante clara na cidade, ao menos pela visão que tivemos in loco.

Portanto, acreditamos que o programa FUNDAT pode e deve ser usado como exemplo nos mais diversos campos da Administração Pública brasileira, pois é um prodígio de inventividade e criatividade do brasileiro e daqueles que se esforçam em nome de uma nação melhor, mais digna de sua ordem e progresso.

Referências Bibliográficas

Klering, Luis Roque. A experiência pública inovadora do Funde de Desenvolvimento Agropecuário de Tupandi, in: Spink, Peter; Clemente, Roberta [org.]. 20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania Ciclo de Premiação 1996. Programa Gestão Pública e Cidadania, 1996.

Steffen, Alex. Nada é Impossível – Vida e Obra de José Hilário Junges, Author, Tupandi: Rio Grande do Sul, 2006.

Steffen, Alex; Konzen, Vicente S.J. Sob a Luz do Céu. Author, Tupandi: Rio Grande do Sul, 2007.